

Do aparente ao oculto

A SECRETARIA municipal de Educação divulgou o calendário escolar para 1996: serão 216 dias de atividades letivas; destes, 192 serão dias de aula.

CALENÁRIOS constituem rotina do processo educativo, feito de continuidade. Mas sua divulgação é como nota promissória, firmada pelo poder público com o usuário dos serviços — os alunos e seus responsáveis. Saberão estes que terão direito a mais do que o exigido por lei, em termos de dias letivos (180), assim como em termos de horas de aula: enquanto a lei prescreve um mínimo de 800 horas/ano de aulas, as escolas municipais do Rio terão, da 1ª à 4ª série, 859 horas e 30 minutos; e da 5ª à 8ª série, entre 955 horas e 1.045 horas.

QUEM tem lido ou ouvido sobre o déficit aparentemente crônico de professores na rede pública talvez reagirá com ceticismo. Talvez dirá que, aumentando o número de dias de aula, só se fará aumentar, em igual proporção, o índice de ausências. E tomará o calendário por mais uma dessas peças de ficção em que é fértil o setor público brasileiro.

A SECRETARIA municipal de Educação reconhece o problema. Sabe qual é a carreira de professor mais em falta — a de professor I, o habilitado para o ensino da 5ª à 8ª série do Primeiro Grau. Identificou as escolas

em que se concentra essa carência de 211 professores ao todo: na área de jurisdição da 4ª, 5ª, 8ª e 10ª Coordenação Regional de Educação (CRE); ou seja, na Zona Oeste e em bairros mais remotos da Zona Norte. E até mesmo por disciplina: enquanto há excesso de professores de educação física e de inglês, há falta de professores de matemática.

ESSE quadro leva a um diagnóstico complexo, não admitindo solução única. As carências acentuadas em escolas da Zona Oeste e subúrbios da Zona Norte explicam-se pela dificuldade em se reter o professor distante de seu ambiente de formação, frequentemente uma universidade do Centro ou da Zona Sul da cidade. E as dificuldades em se atender à demanda de professor de matemática, mesmo recorrendo a medidas não-conventionais, suscitam a indagação: estarão as próprias licenciaturas antes preparando um profissional, digamos, de informática que um professor?

PELA resposta que se encontra para essa pergunta pertinente, se saberá se o problema exorbita, ou não, da capacidade administrativa da secretaria. Porque é possível atender a emergências nas primeiras séries do Primeiro Grau, habilitando como estagiários graduandos da área técnico-científica das universidades. Já a formação do professor de matemática da 5ª à 8ª série demandará bem mais que a de um técnico em informá-

tica ou computação; que não precisa ser necessariamente um comunicador, nem estar familiarizado com o universo cultural dos adolescentes.

SÃO problemas conjunturais da rede pública municipal, mas que trazem à tona — felizmente — o problema estrutural constantemente escamoteado em todos os debates sobre a escola pública no Brasil. Ele pode se resumir numa questão: o que se quer, hoje, do professor de ensino básico?

NÃO se estimula a sociedade a ser exigente com a escola pública, que continua parecendo um favor do Estado. Nada se constata de semelhante com as exigências que cercam a escola particular, onde a reprovação tem que ser explicada; e onde a repetência sobe a escândalo, ou à desqualificação da escola. Descarta-se a produtividade do professor e se põe toda a ênfase em seu piso salarial. Reforçando-se assim sua proletarização, já tão gritante; degradando a escola pública em agência da educação pouco qualificada; e matando, na base, o que fez, outrora, o estatuto social do professor — ser uma carreira, de que o concurso seria apenas a porta de entrada. Abrindo para o desafio do desempenho e da formação permanente.